

# "Brasília não pode salvar-se sozinha"

Este é o discurso do governador José Aparecido:

"Figueiredo Ferraz escreveu que o mundo moderno sente-se afetado pela síndrome da cidade grande, cujos problemas se manifestam com traços mais agudos nos países em desenvolvimento. Por isso mesmo, são frequentes os encontros de governantes para a troca de idéias, sugestões e experiências e para estabelecer critérios, políticas e novas técnicas visando o melhoramento da qualidade da vida.

"Em abril de 1985, representantes de 14 centros urbanos, reunidos em Montreal, fundaram a Associação Mundial de Grandes Metrópoles - a Metrópolis. Em maio do próximo ano, essa Associação terá uma reunião no México para debater a Organização do Desenvolvimento Urbano das Grandes Metrópoles.

"Barcelona sediou, no mesmo 1985, com o patrocínio do Fundo das Nações Unidas para Questões Demográficas, a Conferência Internacional sobre População e Futuro Urbano.

"Ainda no ano passado, a União Internacional de Administrações Locais realizou no Rio mais um de seus congressos mundiais.

"Pouco depois, em dezembro, tomei parte, pessoalmente, em São Paulo, de encontro que, além de homens públicos, reuniu arquitetos, urbanistas, antropólogos e sociólogos da Europa, Ásia e Américas. O tema era a própria legenda das preocupações dominantes: Cidade do Futuro e o Futuro das Cidades. Brasília foi, naturalmente, objeto de especial interesse sobretudo do arquiteto nipônico Kenzo Tange, que está para os asiáticos assim como Oscar Niemeyer está para o Ocidente. Com 12 discípulos que o acompanhavam, veio conhecer as soluções urbanísticas e arquitetônicas da nossa capital.

"Desenhado para uma população de até 500 mil habitantes no ano 2000, o Distrito Federal possui mais de um milhão e 700 mil e uma previsão da ONU estima que terá de abrigar quatro milhões no fim do século. Brasília não poderia, portanto, ficar indiferente ao movimento universal de repensamento das cidades grandes, a ele se integrando como membro da Metrópolis, da Organização Ibero-Americana de Cooperação Intermunicipal, da União de Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, instalada em Lisboa. Esta instituição realiza, hoje, em Maputo, a segunda assembleia plenária, à qual enviei o meu companheiro Osvaldo Peralva, como representante, pela impossibilidade de comparecer pessoalmente, na mesma ocasião em que abrimos este Simpósio.

"Ao convidar o professor José Carlos de Figueiredo Ferraz pa-

ra coordenar essa iniciativa, tinha a plena convicção de haver buscado o homem certo, na hora certa, para a tarefa certa.

"Humanista e estudioso dos problemas urbanos, o mestre Figueiredo Ferraz teve o privilégio de cotejar suas idéias com a prática administrativa na maior e mais complexa metrópole da América do Sul, quando prefeito de São Paulo. Essas experiências transformadas em ensinamentos, foram utilizadas na programação desta momentosa reunião, inclusive na escolha dos painéis, dos conferencistas e dos debatedores.

"As questões envolvendo o vertiginoso crescimento das cidades e, particularmente, o tumultuado desenvolvimento brasiliense, atropelado desde os mil dias heróicos da construção, pela crescente pressão migratória, vão ser matéria de reflexão e análise dos estudiosos.

"Entre nossas singularidades, está a distribuição geográfica da população, com 97 por cento dos moradores fixados nos núcleos urbanos e apenas 3 por cento na área rural. Acresce a isso o problema dos municípios do Entorno, 11 de Goiás e um de Minas, cujas populações já nos ameaçam com uma nova baixada fluminense no cerrado, e sobrecarregam o Plano Piloto, gerando encargos insuportáveis para os equipamentos da cidade-núcleo. O presidente José Sarney, em seu incisivo discurso de abertura, lido com dicção didática e a serena eloquência do ministro Deni Schwartz, acentuou que o equacionamento do drama migratório nas cidades-satélites passa pela Região Geoeconômica - vasta extensão territorial, constituída de pequenas e médias cidades, em condições de crescer, econômica e socialmente. Os migrantes poderiam ser acolhidos em atividades industriais, agroindustriais e comerciais, desde que o adensamento populacional da Região Econômica, de forma planejada e coordenada, converta-se em barreira natural de contenção do fluxo migratório, cujo estuário hoje é o Distrito Federal. Como me observava, nesta mesa, o ministro Ronaldo Costa Couto, o conclusivo e forte pronunciamento presidencial reconhece que a modificação não depende só de Brasília. Em junho deste ano, ao receber no Palácio do Buriti o próprio ministro Ronaldo Costa Couto, o reitor Christóvam Buarque e o jovem e dinâmico ministro Deni Schwartz, para debatermos, com o professor José Carlos Figueiredo Ferraz, o programa deste Simpósio, declarei que Brasília não poderia salvar-se por si mesma - nem sozinha. Trata-se, como disse o presidente José Sarney, de uma questão de dimensões nacionais. Só numa conjugação de esforços e de meios, através inclusive da reclamada rediscriminação das rendas públicas, de moderna descentralização financeira e de efetiva reforma administrativa, fortaleceremos a esperança de que o Entorno e a Região Geoeconô-

mica cumpram a sua destinação na vida do País. A autonomia dos Estados e municípios, na atual Constituição, é uma obra de ficcionista. Como afirmou o professor Figueiredo Ferraz a hora é esta, pois estamos em vésperas das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Um dos capítulos mais relevantes a considerar

será, certamente, o capítulo das rendas públicas. O atual Código Tributário, aprovado em 1967, prevê a cobrança de 14 impostos, dos quais dez pela União, dois pelos Estados e dois pelos Municípios.

"Essa concentração financeira, reflexo, de certo modo, da concentração do poder político, no regime autoritário, deixa as administrações locais à mingua de recursos para prover serviços públicos reclamados pelas populações e pelos migrantes, vindos de regiões mais carentes. Pelo centralismo ensandecido pós-64, acabaram com a Federação e destruíram a República.

"No Encontro da União Internacional de Administrações Locais, realizado no Rio de Janeiro, um trabalho de Hubert Allen, depois publicado na "Revista de Finanças Públicas", do Ministério da Fazenda, aborda precisamente a "Descentralização para o Desenvolvimento". Suas análises e conclusões estão fundamentadas, em parte, no estudo do Programa de Assistência Técnica elaborado pela ONU.

"Assinalam os dois documentos que os países dotados de governos descentralizados com autonomia assegurada pela garantia de recursos e agilidade, têm se mostrado muito mais dinâmicos do que os que sofrem de administração centralizada. Como é lembrado, a Suíça, por exemplo, nunca teve um Ministério da Educação ou da Saúde. As questões dessas áreas são tratadas em nível local e, geralmente, por unidades administrativas de pequeno porte. Os governos locais na Suécia movimentam fundos três vezes maiores do que os manejados pelo poder central.

"Esses e outros países com governos locais autônomos, como a Austrália, Holanda, os Estados da República Federal da Alemanha, os Estados norteamericanos da Nova Inglaterra e da Califórnia, desfrutam de economias vigorosas e padrão de vida insuperável em qualquer outra parte do mundo.

"Não se pretende aqui oferecer uma receita, mas apenas apontar uma das tendências de moderna administração pública, confrontando-a com o oposto de nossa realidade.

"Como sabemos, a questão demográfica vem preocupando a humanidade, desde a teoria de Malthus, enunciada há quase dois séculos. Ela previu que o

crescimento da população tende a superar o crescimento da produção, de modo que a pobreza seria uma fatalidade para o homem. Todavia, o desenvolvimento das ciências e da organização social demonstra que o pessimismo do economista inglês não se confirmou. O homem é capaz de multiplicar-se e, ao mesmo tempo, melhorar sua qualidade de vida, mas o problema das populações existe e, no caso do Brasil e de Brasília, chega a insinuar a sombra das ameaças malthusianas.

"O desenvolvimento desigual, em nosso País, faz com que determinadas regiões registrem o aumento da produção inferior ao da população, ocorrido a taxas ainda explosivas. Na situação particular de Brasília, vivemos duplo impacto populacional: o dos próprios habitantes, com uma taxa de crescimento tão elevada, quanto a das regiões mais subdesenvolvidas do País, e do fluxo migratório.

"Na sombria visão de Malthus, a população inclina-se por expandir-se até os limites da subsistência, sendo, às vezes, contida pela fome, pelas guerras e pelas epidemias. No caso do Nordeste, por exemplo, além da firme política inaugurada pelo ministro Costa Couto, essa contenção conta com o flagelo das baixas taxas de longevidade, as doenças e, finalmente, o perene êxodo em direção aos grandes centros urbanos. Na verdade, enquanto os países avançados já derrotaram na prática a teoria de Malthus, em Brasília e no Brasil ainda convivemos com esse fantasma.

"Volto a dizer porque vale repetir: Brasília não pode salvar-se sozinha, nem por si mesma. Neste Encontro renovamos uma antiga denúncia, reiterando velha advertência da realidade brasileira. Estamos aqui com o espírito da inspirada regência política do presidente José Sarney, que no discurso desta clara manhã de outubro reafirmou o compromisso de luta pelo desenvolvimento econômico e social, sem inflação e sem a ciranda dos papéis da corrupção. São os novos tempos cruzados da liberdade. Nos primeiros e angustiados dias da Nova República o presidente José Sarney confirmou a proposta do seu fundador o saudoso presidente Tancredo Neves. Esperamos todos que a Assembleia Nacional Constituinte, ao realizar a nova construção jurídico-formal do Estado brasileiro, deverá institucionalizar revolucionário programa nacional para vencer a pobreza e consolidar, com justiça, o reencontro do Estado com a Nação democrática.

"E nesta hora de esperança que se realiza este memorável Simpósio. Até os números patéticos da atualidade anunciam o marco do renascimento: em 15 de novembro o voto do povo vai fecundar a conquista da potência do terceiro milênio: - o Brasil".